



MARCIA APARECIDA GOBBI
CLERISTON IZIDRO DOS ANJOS
EUNICE CASTRO SEIXAS
CATARINA TOMÁS
ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR

O DIREITO DAS CRIANÇAS

À CIDADE

PERSPECTIVAS
DESDE O BRASIL
E PORTUGAL

MARCIA APARECIDA GOBBI
CLERISTON IZIDRO DOS ANJOS
EUNICE CASTRO SEIXAS
CATARINA TOMÁS
ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR

O DIREITO DAS CRIANÇAS À CIDADE

PERSPECTIVAS
DESDE O BRASIL
E PORTUGAL

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Common* indicada.



Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitor: Prof. Dr. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Educação

Diretora: Prof^a. Dra. Carlota Boto

Vice-Diretor: Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Direitos desta edição reservados à FEUSP

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária – Butantã

05508-040 – São Paulo – Brasil

(11) 3091-2360

E-mail: bibfe@usp.br

<http://www4.fe.usp.br/>

Catálogo na Publicação

Biblioteca Celso de Rui Beisiegel

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

G574 O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal /
Organizado por Marcia Aparecida Gobbi, Cleriston Izidro dos
Anjos, Eunice Castro Seixas, Catarina Tomás. São Paulo: FEUSP,
2022.
14.877 Kb ; PDF.

ISBN 978-65-87047-31-7 (E-book)

DOI: 10.11606/9786587047317

1. Educação 2. Infância 3. Direito à cidade 4. Território 5. Brasil
6. Portugal I. Gobbi, Marcia Aparecida II. Anjos, Cleriston Izidro dos
III. Seixas, Eunice Castro IV. Tomás, Catarina V. Título

CDD 22. ed. 37.017

Ficha elaborada por: Nicolly Leite – CRB-8/8204

CAPÍTULO 1 - INFÂNCIA, ESPAÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO: A ABORDAGEM DO TERRITÓRIO DE APRENDIZAGEM

Gabriela de Pina Trevisan
Gabriela Bento
Mariana Carvalho
Cidália F. Silva
Manuel Jacinto Sarmento

INTRODUÇÃO

A ideia do direito à cidade e ao espaço público por parte das crianças tem vindo a ganhar visibilidade por diferentes ordens de razão. Uma, relacionada com a ideia de que o espaço público tem estado relativamente vedado a experiências mais autónomas das crianças, muito enraizadas em ideias sobre o risco e o medo parental, que motivam uma superproteção das crianças nas suas experiências no/sobre o espaço. Uma segunda, com as lógicas de crescente especialização, institucionalização, domesticação e insularização (SARMENTO, 2018) que condicionam largamente as oportunidades das crianças em usufruírem desses mesmos espaços.

Por outro lado, estas limitações de acesso das crianças ao espaço público relacionam-se intimamente com aquilo que GILL (2007) designa de “atitudes avessas ao risco para a infância”, ou seja, um conjunto de ideias geralmente aceites sobre o risco que motivam atitudes de sobreproteção e de limitação de acesso das crianças ao espaço público por parte dos adultos. O mesmo autor tem apresentado a ideia dos “shrinking horizons of childhood” (horizontes encolhidos das crianças), verificáveis a partir de exercícios de mapeamento do território intergeracionais, ou seja, do modo como as crianças têm visto as suas oportunidades de mobilidade e autonomia no território cada vez mais reduzidas, comparativamente às gerações que lhes precederam. Finalmente, as ideias e relatos de medo parental (LEVERETT, 2001; TONNUCCI, 2001) e de um medo generalizado associado a uma maior autonomia das crianças. Do mesmo modo, diferentes perspetivas têm defendido intervenções no espaço público que promovam a ideia de rua e de bairro como dimensão central de análise. Uma das premissas centra-se em diferentes estudos que observam o modo como as crianças veem a cidade – o olhar na dimensão de rua e não de cidade com um todo mais complexo.

A estas diferentes perspetivas, junta-se uma necessidade cada vez mais reclamada, em particular em tempos pós-pandémicos, de ausência prolongada dos cidadãos em espaços

públicos (HAMBLETON, 2020) - e aqui, sobretudo, das crianças - e de as recolocar no espaço público, de brincarem livremente e de se proporcionarem experiências de participação através da cidade (GILL, 2008; CHRISTENSEN, 2003). Do mesmo modo, temos vindo a assinalar as diferentes competências das crianças para analisarem o espaço e proporem alterações e, entre outras, da criação de mecanismos e estratégias que instiguem a sua participação pública e política no espaço da cidade (CHRISTENSEN, 2003; TREVISAN, 2014; SARMENTO, 2018, e.g.). A cidade transforma-se em palco de construção e exercício de cidadania das crianças, mediada por adultos vistos como facilitadores desses processos.

INFÂNCIA E ESPAÇO PÚBLICO

O mapeamento do território com as crianças, partindo das suas experiências e perceções, é um exercício central para a construção de ações significativas no espaço, nos percursos e nas mobilidades quotidianas. Diferentes estudos e autores têm demonstrado as competências das crianças no conhecimento, apropriação e transformação dos espaços que habitam (CHRISTENSEN, 2003; TREVISAN, 2014; SARMENTO e TREVISAN, 2018 e 2019, SARMENTO, 2019; GILL, 2021, e.g.). As crianças e jovens representam uma das categorias específicas de atores que transformam os espaços e que são por ele influenciadas, quer individual quer coletivamente. Importa por isso olhar a cidade como *espaço das crianças* e entender de que modo poderá tornar-se promotora da sua cidadania e participação.

A atenção aos espaços das crianças na cidade alterou-se nas décadas de 70 e 80, em particular pela preocupação com questões de vulnerabilidade e risco. A consequência, em diversos países europeus, terá sido uma redução do número de parques infantis para as crianças brincarem ou mesmo o seu encerramento, comprometendo, desse modo, as suas possibilidades concretas de ação nesses espaços. Os espaços das crianças e jovens são diversos, podendo incluir os que são desenhados para elas (como as escolas), os que são abertos (como a maioria do espaço considerado público) e aqueles vistos como restritos, tendo em conta as redes sociais e familiares em que se encontram inseridos (a casa) (HOPKINS, 2011). O acesso a estes espaços e o seu interesse no quotidiano de crianças e jovens prende-se com a assunção de que as experiências que neles constroem ajudam na construção das suas identidades sociais. As cidades devem ser estabelecidas como espaços onde diferentes gerações podem viver juntas. No entanto, a normalização dos espaços geográficos urbanos que atendem a um "cidadão típico" dificulta essa lógica, o que implica ver uma "cidade para todos" que deve ser negociada (O'BRIEN e CHRISTENSEN, 2003).

Torna-se assim necessário integrar as perspectivas das crianças sobre a cidade e os lugares que habitam, as formas como os utilizam e vivenciam, e que estão estritamente relacionadas à lógica de reconhecimento da sua agência e de suas competências de participação. É neste sentido que diferentes autores têm apelado a que se observe a autonomia de mobilidade das crianças (LOPES e NETO, 2014), em particular nas dimensões de bairro e rua (CHRISTENSEN, 2003), nas mobilidades quotidianas e micro-geográficas, e no de fazer sentido do lugar (HORTON, KRAFTL e TUCKER, 2011). Esta compreensão do espaço, ainda que complexa, é condição necessária para o exercício da cidadania infantil e situa as crianças no reconhecimento do espaço que já habitam. As crianças e jovens são capazes de reconhecer elementos de tensão, conflito e interesse que precisam ser tidos em conta, principalmente pelo modo como interferirão nas possibilidades de exercício da cidadania no espaço. Assim, habitar um dado território implica constantes processos de negociação entre os seres humanos, com contínua interatividade na construção de redes complexas de relacionamento entre crianças e adultos. Por outro lado, e no que a processos de mobilidade e acesso aos diferentes espaços da cidade diz respeito, interessam-nos particularmente os de “insularização” (ZEIHER, 2003), especificamente os níveis de fragmentação das experiências que trazem às crianças. Se, como referia Walter Benjamin, é necessário conhecimento para se perder na cidade, pois a deambulação torna-se fundamental à experiência da descoberta, ela só será possível com uma cidade tornada mais livre e acessível às crianças, de modo protegido. Se, como vimos, a cidade é cada vez repensada em torno do seu lugar nos processos de construção identitária e de cidadania de diferentes grupos sociais e geracionais, a discussão de espaços democráticos (FOLEY, 2011) torna-se central.

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS EM PROCESSOS COMUNITÁRIOS DE TRANSFORMAÇÃO DO LUGAR

A temática da participação social e comunitária ganha um impulso particular na década de 60 do século XX, onde cresce a importância da implicação dos utilizadores na construção do espaço público e das comunidades que habitam. Esta crescente participação dos atores sociais nas políticas de desenvolvimento tem também origem numa conceção distinta de esfera pública que apela à sua abertura e ao reconhecimento desses contributos para a construção de processos de mudança social (GUERRA, 2005). A ação comunitária, ou a ação coletiva (idem), supõe a participação ativa dos seus atores, mesmo quando os seus interesses e necessidades sejam conflitantes ou divergentes. Assim, é um trabalho

cooperativo onde deverão coexistir todos os que habitam um dado território, e que visa um aumento da reflexividade dos atores sobre a sua própria ação e interesses e os dos outros. No entanto, como salientam Hill, David, Prout e Tisdall (2004), apesar de serem um dos grandes utilizadores de serviços públicos - por exemplo, saúde, educação e assistência social, segurança -, as crianças raramente são ouvidas nestes processos.

Tal como tem sido amplamente discutido e argumentado nos últimos anos, a participação de crianças e jovens nas diferentes dimensões de vida é sustentada não apenas na ideia de que constitui um direito fundamental (FERNANDES, 2009, TOMÁS e SARMENTO, 2009; TREVISAN, 20014; THOMAS e PERCY-SMITH, 2009, entre outros), mas de que essa participação é um elemento central da construção da cidadania das crianças. Marcada inevitavelmente pela Convenção dos Direitos das Crianças (CDC, 1989), que contribuiu para a desconstrução de diferentes Paradigmas Protecionistas da Infância (SOARES e TOMÁS, 2004), ela permitiu também que imagens mais complexas e mais problemáticas de crianças surgissem. Como afirma Trevisan:

O estatuto de cidadania das crianças ganha maior relevância, em particular através da sua participação; o lugar das crianças nas sociedades democráticas, e o também modo como nelas é capaz de participar, encontra espaço nas discussões contemporâneas da cidadania. Esta refere-se ao sentido de pertença e participação numa comunidade ou num grupo. Mas ela não garante, por si, a efetivação de princípios de igualdade, justiça, bem-estar económico, dignidade ou mesmo o respeito dos organismos oficiais e dos concidadãos (HEISLER, 2005) (TREVISAN, 2020, p. 135)

Do mesmo modo, as ações que as crianças executam quotidianamente são multiplamente situadas em contextos complexos. Assim, a infância deverá ser analisada enquanto coletivo diferenciado, o que torna difícil a criação de modelos para homogeneizar as suas experiências de participação. A compreensão desses contextos no exercício da cidadania e em processos formais de participação desafia o lugar da criança no espaço público. Cockburn (2013) adverte que existe uma necessidade clara de afirmar a Infância pelo seu carácter público, uma vez que adultos e crianças – bem como outras categorias geracionais – convivem e partilham o mesmo espaço social, não sendo credível a criação de afastamentos teóricos que não se replicam na prática:

Discutindo este reposicionamento das crianças nas conceções atuais de cidadania, Cockburn (1998) argumentará novamente sobre um modelo de interdependência: a solução passaria, então, por um entendimento diferente de cidadania, em que as crianças possam ser consideradas socialmente interdependentes, que seja possível ter em conta a

importância das diferenças de idade e das circunstâncias de vida delas. (TREVISAN, 2020, p. 136)

Ao desenhar então processos de participação das crianças, por exemplo, em territórios específicos, é importante levar em linha de conta um conjunto de premissas que assegurem, por um lado, o respeito pela multiplicidade de “vozes” das crianças, e por outro, as relações complexas de interpretação dessa voz e agência que, como sustenta Christensen (2009), implica perceber de que modo é que essa agência acontece e de que forma se estabelecem as diferentes condições para que as crianças a possam exercer. O espaço público é também provocador da visibilidade e dos confrontos e tensões de vivências de diferentes grupos geracionais na cidade (CHRISTENSEN, 2003), forçando olhares múltiplos sobre ela e trazendo para si modos distintos de a melhorar. No entanto, existe uma forte consciência de que diferentes projetos que mobilizam a participação das crianças se situam em níveis distintos. Como afirmam Thomas e Percy-Smith:

Quer o mundo maioritário quer o minoritário oferecem exemplos de trabalhos de ‘participação’ que podem ser vistos como forças reais de mudança, aumentando a eficácia de projetos e serviços, e melhorando as comunidades pela promoção da inclusão e cidadania. Do mesmo modo, ambos os mundos assistiram a críticas da ‘participação’ como um modo de mascarar responsabilidades políticas [...] e como uma ilusão de empoderamento. A participação, vista como consulta ou ‘ter uma voz’, resultou em pouca mudança, continuando os adultos a tomar decisões sem terem realmente em conta as visões das crianças ou sem lhes darem uma parte efetiva nos processos de tomada de decisão. (THOMAS e PERCY-SMITH, 2010, p. 3)

Finalmente, estes processos deverão privilegiar metodologias que tenham em conta as preocupações expressas e que permitam incluir as dimensões individuais e coletivas da participação de crianças e jovens. Assim, por exemplo, exercícios de mapeamento do território, acompanhados de grupos focais que permitem a exploração de temas centrais relacionados com as temáticas do espaço urbano e território, permitirão o reconhecimento das crianças como agentes sociais capazes. Ao contrário do que é referido em alguma literatura (MALONE, 1999; BARALDI, 2003; CHRISTENSEN, 2003, entre outros) os jovens/crianças não elaboram propostas exclusivamente centradas nas suas necessidades ou vontades: pelo contrário, revelam capacidade de entendimento da cidade como espaço plural e diferenciado, também nas gerações e grupos sociais que o compõem (TREVISAN, 2014). Ainda que possam prestar especial atenção a visões suas e próprias, tal poderá atribuir-se ao facto de o espaço ser personalizado (CHRISTENSEN, 2003) e basear-se nas experiências

que os sujeitos nele constroem o que, necessariamente, gerará maior conhecimento a partir das suas próprias perspectivas.

INFÂNCIA, ESPAÇO PÚBLICO E PARTICIPAÇÃO: A ABORDAGEM DO TERRITÓRIO DE APRENDIZAGEM

Território de Aprendizagem é o contexto sociogeográfico onde se disponibilizam modos de experiência das crianças orientados para o desenvolvimento e o bem-estar infantil e para o acesso ao conhecimento, o usufruto e a criação cultural, a diversificação da atividade lúdica e a intensificação das oportunidades de experiências e aprendizagens significativas. O conceito de Território de Aprendizagem substitui o princípio da hierarquia socioespacial pelo princípio da “equipotencialidade” (SEGAL cit. por MCKEAN, 1989). Considera, assim, que qualquer espaço tem a potencialidade de ser um lugar de aprendizagem - museu, escola, rua, rio, campo agrícola, floresta, escada ou muro, etc. - já que todos têm em si a equipotencialidade de serem lugares de aprendizagem. A possibilidade de aprender dá-se na presença consciente no território que se habita a cada instante, seja ele dentro ou fora da escola, debaixo de uma árvore, ou à beira de um rio, no sentir da humidade de um muro de granito, ou a olhar para as nuvens no céu. Aprendizagem em processo contínuo, na experiência do espaço vivido através da recriação do (in)visível e imaginação do (im)possível. No Território de Aprendizagem não há lugar para territórios sem carácter, há apenas territórios complexos (MORIN, 1990). Assim, o Território de Aprendizagem também não adjetiva, não separa os territórios admiráveis dos desprezíveis (SOLÀ-MORALES, 1999), pretende antes reconhecer o espaço concreto enquanto lugar de aprendizagem (DAGOINET, 1977). Os territórios, como as pessoas que os habitam, estão em devir constante e é na empatia com este devir que a aprendizagem poderá acontecer e no qual a criança é agente fundamental. O conceito de Território de Aprendizagem está assim centrado na criança e visa transformar o seu contexto de vida por meio de uma intervenção multidomínio nas áreas social, educacional, cultural, psicossocial e urbanística, a fim de melhorar a educação, o desenvolvimento cultural, e o bem-estar da população mais jovem.

PEVIDÉM COMO TERRITÓRIO DE APRENDIZAGEM – UM PROJETO EM DESENVOLVIMENTO

Pevidém como Território de Aprendizagem é um projeto inserido no Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB, em curso no concelho de Guimarães, norte de Portugal

continental. Com esse projeto pretende-se transformar o espaço-tempo das crianças, sustentado por processos de enraizamento no lugar habitado, assim como agir sobre o mesmo com vista à sua transformação sócio-espacial, usando metodologias participativas, nas quais a criança e a comunidade em que está inserida são envolvidos nos processos de decisão sobre o seu território. Desta forma, o Território de Aprendizagem pretende também reforçar sentimentos de pertença e de reconhecimento dos lugares habitados com vista à sua transformação presente e futura.



Figura 1 – Travessa da Saudade, 2019. Pevidém. Guimarães, Portugal

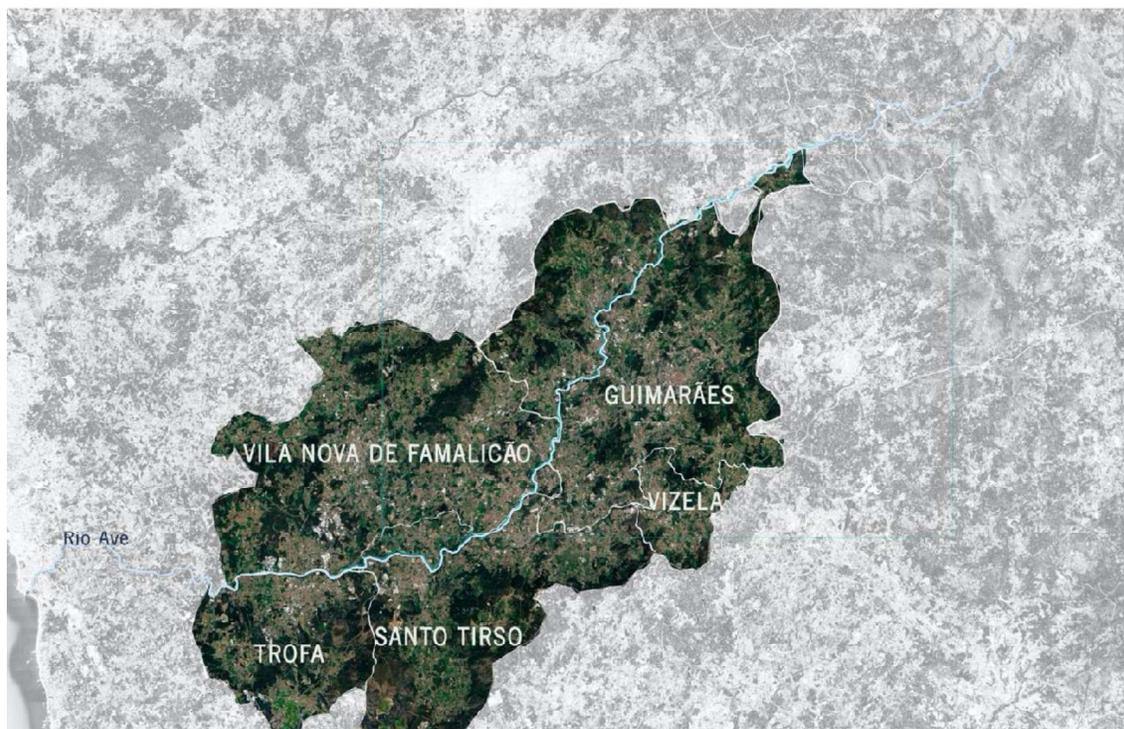


Figura 2 - Localização do Território de Aprendizagem no concelho de Guimarães (Pando, 2020, vol. 1, p. 25)

O território de intervenção (figura 2), localizado no concelho de Guimarães, Portugal, corresponde às Freguesias do Agrupamento de Escolas de Pevidém. Mais especificamente, esta área inclui as quatro freguesias da Comissão Social Vale do Selho - Cansoso S. Martinho, Gondar, Selho S. Cristóvão e Selho S. Jorge - e ainda Serzedelo, com um total de 15.893 pessoas (INE, Censos 2011). Este território foi afetado por todas as crises da indústria têxtil, com desemprego cíclico, emigração elevada e precariedade das condições de trabalho e ameaças à qualidade do ambiente familiar, ao desempenho escolar e ao desenvolvimento e ao bem-estar da criança.

Numa escala mais alargada este território está integrado naquilo que é reconhecido na área disciplinar da arquitetura e urbanismo como Território do Vale do Ave, um sistema urbano (SÁ E DOMINGUES, 2002) que inclui cinco municípios, a saber: Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Vizela. Nas sedes de concelho, ou seja, nas cidades, vivem 1/3 da população do Território do Vale do Ave. Os restantes 2/3 vivem entre cidades, no território difuso, conformado ao longo do tempo por três aspetos complementares: a) o sistema produtivo da pluriatividade (MAGALHÃES, 1984), enraizados *in situ* e vinculados às características próprias do solo e da água, o qual tece uma rede de proximidades entre a indústria, fundamentalmente têxtil, a habitação com atividades produtivas complementares e dependentes da indústria hierarquicamente superior, e a agricultura de subsistência; b) uma

estrutura parcelar de minifúndio, em que a pequena dimensão de cada parcela é usada para tirar o máximo da sua produtividade, com a policultura que implantava nos limites de cada parcela a vinha, deixando o restante terreno livre para a cultura dos vários produtos hortícolas; e por último, c) esta estrutura parcelar está suportada por uma rede de infraestrutura viária extremamente densa, constituída por estradas nacionais, municipais, antigos caminhos rurais transformados em vias urbanas, assim como uma capilaridade difundida por todo o território.

Este enquadramento territorial demonstra a relevância do projeto em curso, principalmente na sua vertente operativa de ação concreta sobre o mesmo. Se ao longo das últimas décadas, as cidades, nomeadamente a de Guimarães, tem vindo a ser alvo de grandes investimentos na sua recuperação e manutenção do seu carácter, já o território difuso do Vale do Ave, apesar de ser dos territórios mais investigados desde os anos 80, carece ainda de intervenção urbana que parta dos seus processos identitários e não da replicação perfunctória dos modelos de desenho da cidade tradicional. O ProChild CoLAB surge, assim, como uma oportunidade única para que a transformação do espaço seja feita a partir do reconhecimento do território concreto, pelo que ele é, foi e pode vir a ser, escutando as crianças como estímulo desta metamorfose.

O Território de Aprendizagem de Pevidém procura transformar o espaço-tempo das crianças, atuando nas suas dimensões materiais e imateriais, a partir de exemplos de transformação urbana, orientados para as crianças. O seu foco primordial é a criança, mas as ações desenhadas mobilizam crianças, famílias, professores e técnicos da ação social (arquitetos, assistentes sociais, psicólogos, agentes culturais, profissionais de saúde). Parte, assim, de uma abordagem de *Living Lab* que liga a inovação social e tecnológica de intervenção e funciona numa metodologia de base territorial, apoiada em avaliações de necessidades locais e intervenções numa perspetiva multinível e multidisciplinar, que permita a definição de boas práticas assente no conhecimento.

Esta intervenção insere-se em processos e dinâmicas de intervenção comunitária endógena, ou seja, que partem das perceções e necessidades da própria comunidade e seus atores, sejam eles crianças ou adultos. Tal como afirmamos em trabalhos anteriores:

Qualquer projeto de intervenção comunitária tem por base a resolução de problemas concretos, envolvendo a participação da população em todas as etapas - desde a identificação dos problemas às suas soluções - procurando, também, dotá-la de recursos próprios que permitam uma abordagem emancipatória da intervenção e não uma intervenção que prolongue a dependência dos seus membros face a serviços e intervenções externas, para lá das necessárias (SARMENTO ET AL, 2020, p. 77).

Deste modo, torna-se essencial o desenvolvimento de processos que permitam a auscultação das comunidades e o conhecimento profundo dos seus lugares para que as intervenções sejam significativas e duradouras. Tal como observamos já (SARMENTO ET AL, 2020), uma das condições centrais de sucesso em processos de intervenção comunitária participativa prende-se com a realização de diagnósticos participativos e a mobilização dos trabalhos em rede com parceiros que há muito conhecem o território e os seus atores, entre eles, as crianças. Por fim, este tipo de intervenção orienta-se sempre por valores de direitos humanos, pelo que a participação de todos os intervenientes é condição fundamental de sucesso e de transformação.

Um ponto essencial, o de reconhecimento de território, contou também com a integração de diferentes trabalhos académicos que promoveram um conhecimento ao nível arquitetónico e urbanístico e da mobilidade das crianças, mobilizado para a conceção das ações de projeto.

O Território de Aprendizagem de Pevidém é desenvolvido numa parceria entre a Academia e o ProChild CoLAB, nomeadamente no envolvimento que professores e alunos da Escola de Arquitetura, Arte e Design têm vindo a ter no desenvolvimento de trabalhos de investigação sobre este território. Destacam-se aqui as duas dissertações do Mestrado Integrado em Arquitetura já finalizadas, uma sobre as Narrativas sócio-espaciais da criança em Pevidém (MARTINS, 2019) (figura 3) e outra sobre os Parques Infantis (PANDO, 2021) (figura 4), um trabalho que investiga o cruzamento entre legislação em vigor e os Parques infantis da amostra territorial, chegando à conclusão que a sua conceção estereotipada não é decorrente da legislação, mas sim duma ausência de projeto no sentido pleno do mesmo, que crie o Parque a partir do sítio e alargue as possibilidades criativas do que pode ser um parque infantil, para além da replicação dos modelos existentes. Integra o espaço territorial onde decorre o projeto o Bairro da Emboladoura, que está a ser alvo de intervenção por parte da equipa do Prochild em cooperação com a população local, o qual vai ser apresentado no ponto seguinte.

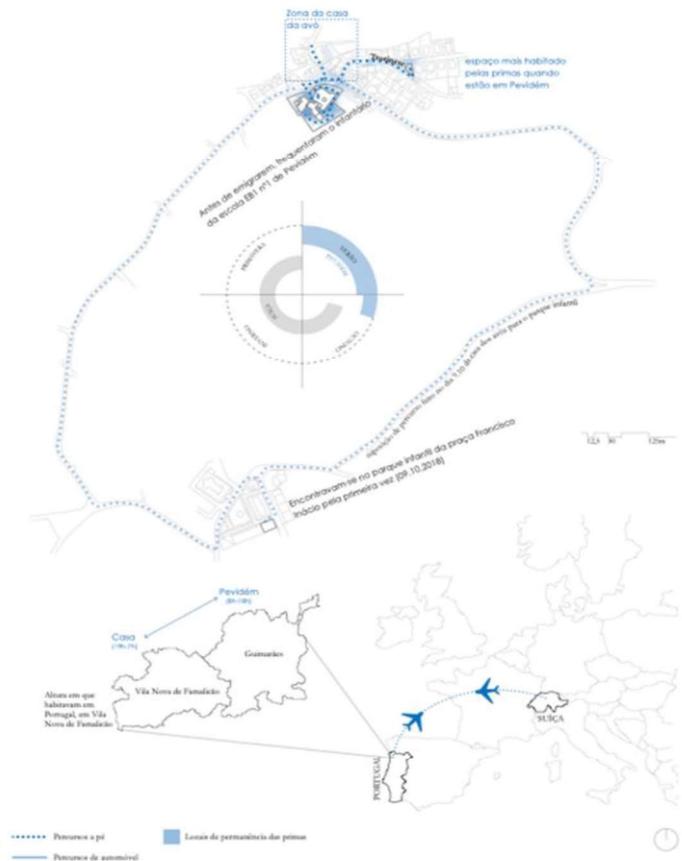


Figura 3 – Mapa Pessoal das histórias espaciais das primas Sara e Mafalda (MARTINS, 2019, p. 86)

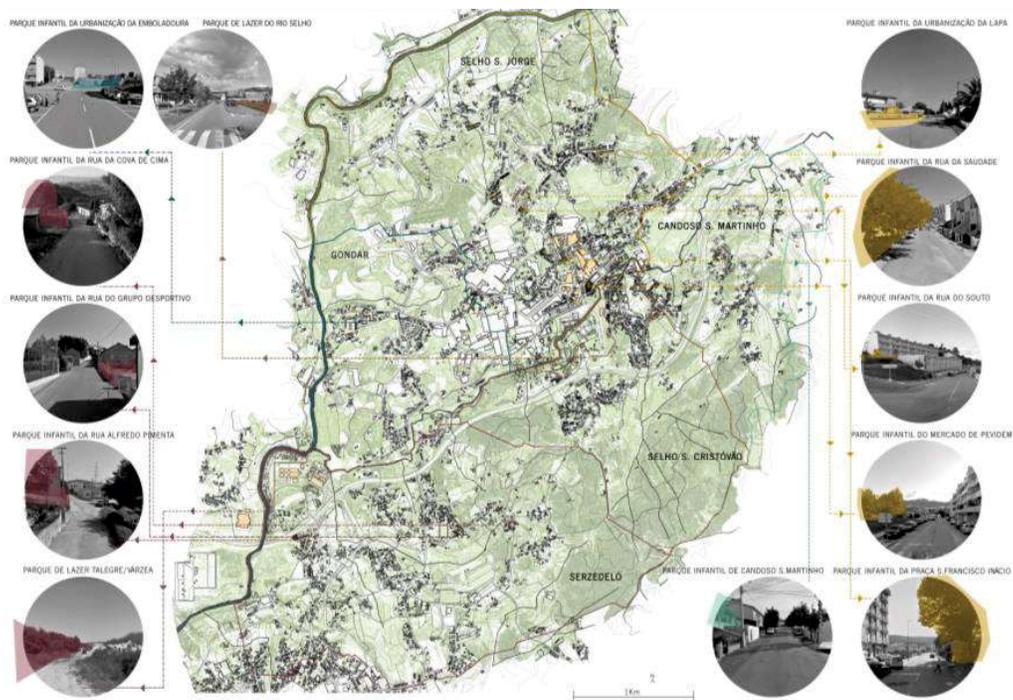


Figura 4 – Mapa de localização dos Parques Infantis nas freguesias (PANDO, 2021).

A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO DA EMBOLADOURA. UM PROCESSO COMUNITÁRIO, COM AS CRIANÇAS NO CENTRO.

O Bairro da Emboladoura (Guimarães, Portugal), onde se desenvolvem as ações do projeto em análise e que detalhamos nos pontos seguintes, foi construído em 1980 pelo IGAPHE (atual IHRU) e está identificado com o nº 1135. Trata-se de um conjunto habitacional constituído por 231 frações habitacionais e 18 frações não habitacionais. Este Bairro sofreu, ao longo do tempo, um processo de abandono que resultou na falta de manutenção tanto do edificado como dos espaços públicos (figuras 5 e 6). Com condições de habitabilidade muito precárias, carece de uma intervenção urgente tanto ao nível dos blocos habitacionais, como ao nível do sistema de espaços coletivos. Como foi ainda possível observar na realização dos diagnósticos preliminares com a população, 43,4% dos residentes de Gondar têm 1º ciclo de escolaridade ou são analfabetos (CENSOS 2011 e PDSI de Guimarães 2015- 2020); No ano de 2020, a Junta de Freguesia local atendeu e encaminhou cerca de 100 pessoas para as mais diversas áreas, segurança social (complementos de reformas, RSI, subsídios de desemprego e subsídios sociais de desemprego, entre outras), a Câmara Municipal de Guimarães procedeu a diferentes apoios sociais a Fraterna distribuiu cabazes alimentares, 11 crianças de um total de 28 não tinham computador nem internet, para aceder ao ensino à distância durante os períodos de confinamento e fecho das escolas em Portugal.



Figuras 5 e 6 – Parque infantil e vista de um dos blocos do bairro

No entanto, os seus residentes demonstram na apropriação⁵ (figura 7) que fazem do espaço um forte sentido de pertença em relação ao seu bairro, tanto nos estendais

⁵ Destaca-se também, que no presente ano letivo de 2020/2021, os alunos de Laboratório de Urbanística do 3º ano do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIARQ) da EAAD/UM estão envolvidos no reconhecimento e desenvolvimento de estratégias de transformação espaciais para o Bairro da Emboladoura.

improvisados, como nos jardins ao nível do R/C com cultivos diversos, como também nas churrasqueiras. Uma apropriação que revela também a porosidade entre espaço doméstico e espaço público, lembrando-nos que a rigidez destes limites não é de todo a única via possível na estruturação do espaço, nem a mais potenciadora de vivências comunitárias.



Figura 7 – Apropriação do espaço público pelos moradores. (Fotomontagem feita pelo grupo de trabalho constituído por Ana Gonçalves, Carlota Melo, Diana Gomes e Maria Pinheiro, orientado por Cidália F. Silva, Laboratório de Urbanística, 3º ano MIARQ, EAAD/UM, ano letivo 2020/2021.)

A questão da mobilidade das crianças, na sua relação casa-escola, foi também investigada. Neste caso, tratou-se de reconhecer como é que as crianças do Bairro acedem à Escola EB2/3 em Pevidém, conhecida localmente por Escola do Barreiro⁶. Através da observação e representação, o trabalho desenvolveu-se no cruzamento entre o trabalho de campo no Bairro, a realização dos percursos de autocarro e a pé que as crianças fazem diariamente, assim como o levantamento ao nível do desenho, do vídeo e da fotografia, para posterior representação sistemática. Neste trabalho, realizaram-se ainda duas conversas, via

⁶ Trabalho orientado por Cidália F. Silva e realizado por Ana Beatriz Freitas, Ana Rita Leite, Manuela Alves e Nelson Silva desenvolvido no Laboratório de Urbanística, denominado por “Itinerário do Conhecimento”.

zoom⁷, com três jovens de 14 anos e posteriormente com outros dois de 11 anos, proporcionadas pela Porta 7/Fraterna⁸. O Bairro é servido pela linha n. 81, com uma frequência de hora a hora, que faz a ligação entre o Bairro e o Centro Cívico de Pevidém. A viagem de autocarro tem cerca de 4km, com 14 paragens, e dura 20 min. O trajeto a pé inicia-se em frente à igreja Paroquial de Pevidém, podendo ser feito por dois caminhos diferentes, com uma duração de 15 min, os quais vencem um desnível de 25 m, e percorrem uma distância de 1km até à escola. O percurso foi analisado com perfis transversais em relação às paragens de autocarro (14 de cada lado, sendo apenas 7 cobertas) considerando os seguintes critérios de análise: paragens com/sem abrigo, iluminação, as características da envolvente que circunda a paragem (habitação, fábricas, campos agrícolas, mata, e/ou comércio), o tráfego, e o nível de perigo relativo à localização das paragens, como é o caso das que estão localizadas em cima da estrada sem passeio (figura 8). Desta análise, conclui-se que este percurso apresenta bastantes fragilidades ao nível da qualificação do espaço público, da carência de paragens cobertas e de condições de segurança mínimas. Para além disso, um Bairro servido por um autocarro apenas, com uma frequência horária reduzida, reforça o isolamento do mesmo. Chegar à escola onde estudam diariamente é em si mesmo um esforço, que exige intervenção urgente no espaço público de modo a melhorar as condições de mobilidade das crianças e conseqüentemente da população do bairro, uma vez que a vila de Pevidém fornece os serviços públicos essenciais, nomeadamente a Unidade de Saúde Familiar e os Correios.

⁷ Opção disponível devido à Pandemia que vivíamos no momento e nos impossibilitava as entrevistas presenciais.

⁸Porta 7 é a designação do Projeto Escolhas dirigido pela Cooperativa Fraternal, em curso no Bairro.

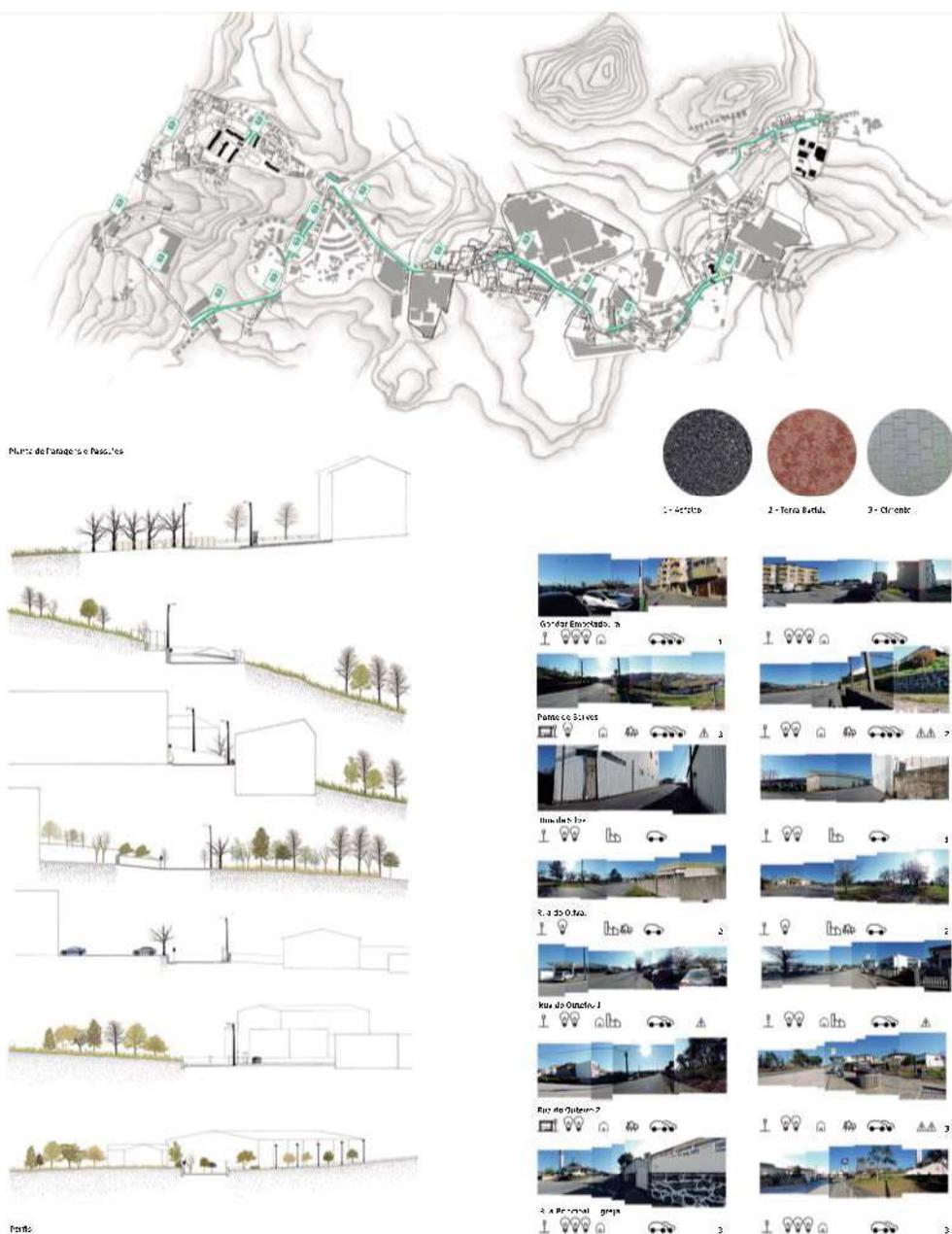


Figura 8 – Percurso de autocarro feito pelas crianças do Bairro da Emboladoura para se deslocarem entre o Bairro e a Escola EB 2/3 de Pevidém. (realizado pelo grupo de trabalho constituído por Ana Beatriz Freitas, Ana Rita Leite, Manuela Alves e Nelson Silva, orientado por Cidália F. Silva, Laboratório de Urbanística, 3º ano MIARQ, EAAD/UM, ano letivo 2020/2021.)

No caso particular que aqui se apresenta, os pressupostos anteriormente anunciados assumiram relevância desde o início, tendo a equipa de projeto mobilizado os diferentes parceiros (Porta7/Fraterna, Associação de Moradores, entre outros) para o aprofundamento do olhar sobre o território com as crianças e, posteriormente, com os adultos. Considerando o período de pandemia, as reuniões comunitárias - estratégia privilegiada para esse trabalho – tiveram de ser substituídas por outras que desenvolveremos adiante. Nesse sentido, foi necessário auscultar duas das instituições situadas no Bairro da Emboladoura, em Gondar –

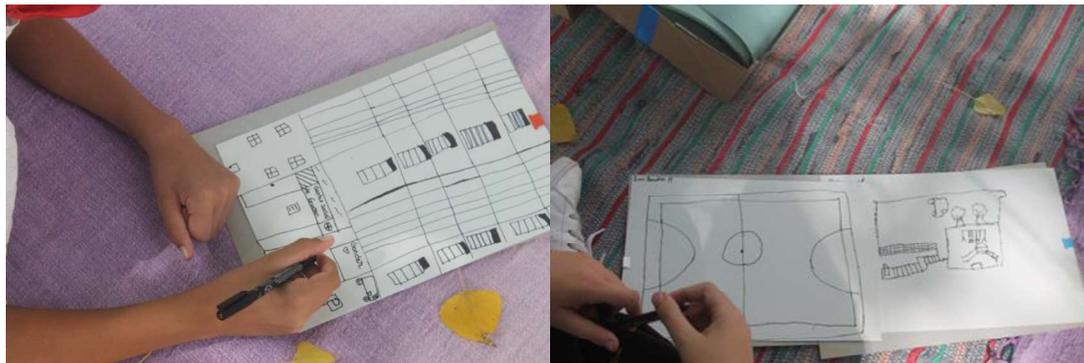
a Associação de Moradores e a Junta de Freguesia. A partir destas reuniões foi possível identificar um conjunto de problemas e necessidades da população e as soluções até aí utilizadas para a sua mitigação ou resolução: expectativa de reabilitação do edificado; presença de diferentes associações locais ativas no território; um aumento significativo de pedidos das famílias (rendas, cabazes alimentares, dificuldades financeiras...), em período de confinamento; a reorganização de serviços com maior incidência na dimensão local; a ausência de atividades para as crianças durante o período de confinamento; dificuldades de mobilidade, sentidas por adultos e crianças; a necessidade de um novo equipamento social para o bairro e a criação de uma sala sénior, em breve. Foi ainda possível perceber que as associações locais dinamizam diferentes atividades no bairro – rancho folclórico, leilões, churrascos comunitários, festas de S. João, às quais os moradores aderem. No entanto, é também visível um espaço degradado, como o parque infantil. Foi também referida a necessidade de criação de um espaço capaz de albergar iniciativas culturais, de modo a que a comunidade possa usufruir de diferentes atividades sem se deslocar do bairro.

SEM MUROS NEM FRONTEIRAS

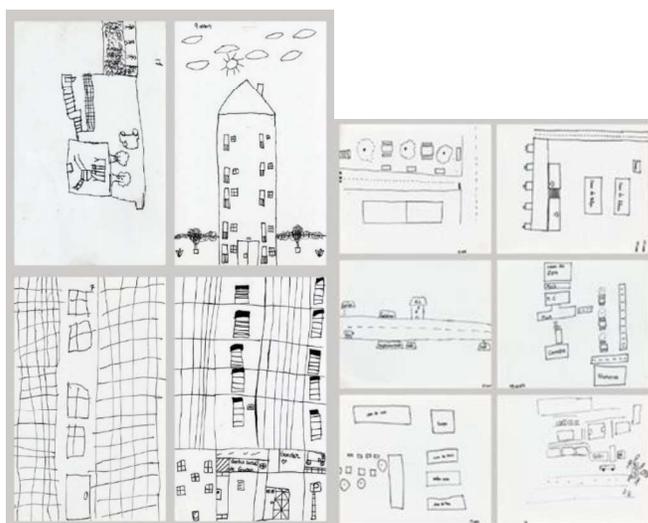
O Projeto “Sem muros nem fronteiras”: mapeamento e transformação do território com as crianças pretende: envolver ativamente as crianças no processo de requalificação dos espaços públicos em Pevidém; sensibilizar os parceiros do projeto para importância da participação das crianças; mapear com as crianças dos espaços públicos que utilizam; assegurar a participação das crianças nos processos de conceção e concretização das mudanças propostas. Neste sentido, o projeto arrancou em setembro de 2020, com um conjunto de crianças e jovens, habitantes do bairro, promovendo-se exercícios de mapeamento e mapas mentais que permitissem a compreensão do espaço que habitam. A atividade - “habito este lugar”, desenvolveu-se no exterior, com dois grupos distintos: o dos mais novos (8-12 anos) e o dos mais velhos (13-16 anos).

Os mapas mentais permitiram construir com as crianças, a partir dos seus modos próprios de representação, o seu lugar no bairro, apresentando aqueles que privilegiam e as atividades que nele desenvolvem. As crianças e jovens identificaram os seus locais de residência e dos seus amigos e outros membros da família, espaços de convívio exterior, o parque infantil e o ringue, e ainda os espaços que consideram pouco seguros, por exemplo,

a proximidade da estrada principal e ausência de passeios como modo de proteção. Foram construídos 11 mapas mentais, pelos dois grupos.



Figuras 9 e 10 - Crianças desenhando os mapas mentais



Figuras 11 e 12 – Vista geral dos mapas mentais desenhados pelos grupos

Estes mapas permitiram também identificar elementos socio afetivos associados ao lugar, nomeadamente pelo desenho das residências dos amigos e dos locais de convívio e brincadeira entre pares, apesar de reconhecerem que alguns deles não se encontram em boas condições para a sua utilização. Num segundo momento, foi proposto aos grupos que pudessem trabalhar numa vista aérea do bairro, onde desenharam os percursos e lugares significativos do bairro.



Figuras 13 e 14 – Vistas aéreas das crianças mais novas e dos jovens, com percursos pelo Bairro

As inscrições realizadas pelos grupos (figuras 13 e 14) permitiram identificar as mobilidades e usos do espaço por parte dos diferentes grupos, bem como os lugares que, em comum, partilham para as diferentes atividades próprias das suas idades. Do mesmo modo, permitiram identificar um conjunto de necessidades para estas faixas etárias, a que poderia ser dada resposta a partir de propostas concretas de intervenção participativa no espaço, tal como explicitamos mais adiante.

De modo a dar corpo a essa participação, as crianças e jovens recolheram de todos os moradores os desejos e necessidades identificados. Dos inquéritos distribuídos, foi possível identificar como principais necessidades: 1º (40) Espaço de lazer/ convívio abrigado da chuva/ sol; 2º (37) Paragem de autocarro; 3º (36) espaço para atividades desportivas; 4º (33) Espaço para brincar; 5º (31) Lavandaria/ secagem de roupa; 6º (30) Espaço de estudo/ formação para crianças e jovens.

Seguindo estes processos participativos de reconhecimento e análise do território, apresentou-se uma proposta concreta que permita que a participação das comunidades tenha, como consequência, a transformação dos seus territórios.

O PALÁCIO DA IMAGINAÇÃO

Esta proposta foi feita para candidatura ao programa Bairros Saudáveis⁹, tendo obtido financiamento. O Palácio da Imagem (PI) tem como objetivo central responder às necessidades identificadas pelos moradores e instituições no bairro no diagnóstico preliminar, colmatando a ausência de espaços públicos coletivos, nomeadamente cobertos para que possam abrigar os diferentes grupos e albergar atividades diversas promotoras de vidas mais saudáveis, através da co-construção do *Palácio da Imagem*, enquanto espaço comunitário multifuncional. O projeto assume o bairro como comunidade assente nas pessoas e no modo como constroem a sua identidade, para criar uma comunidade mais saudável, mais resiliente e de vida plena. Para isso, mobiliza os recursos endógenos da comunidade, recrutando moradores locais para a realização de trabalhos, por exemplo, de construção; favorece a economia local adquirindo materiais nas empresas sediadas no território. Esta proposta pretende também dar mais condições para a partilha entre gerações e a valorização de saberes locais. O *Palácio da Imagem* será um espaço público multifuncional e intergeracional resultante da cocriação comunitária no Bairro da Emboladoura. Assim, os moradores, negligenciados durante décadas por instituições oficiais responsáveis, poderão potenciar a vida em comum, cultivando o seu sentido de pertença. Ao questionar o que é um Palácio, não como Objeto, mas como Processo infinito, mantendo o seu caráter extraordinário, pretende-se tornar a vulnerabilidade sócio-espacial, no seu movimento transformador: para que cada “ser” e “todos” possam ampliar o imaginário, e assim transpor as opressões externas e autoimpostas. A metodologia aplica 4 verbos-ações que concretizam os objetivos do PI: **interdialogar** (o espaço entre o “eu” e o “outro”); **habitar** (o meu bairro, o brincar, o estudo, a comida, a saúde, o tecido); **recriar** (o estudo, a parede, o chão, o teto, o diálogo), **ativar** (a prevenção universal, o bem-estar, a troca, o ambiente ,o céu), concretizados na interação do “sou” no “nós”¹⁰.

⁹ O Programa Bairro Saudáveis é uma iniciativa governamental destinada à requalificação e melhoria das condições de vida das populações que habitam em bairros sociais, através da seleção de projetos obrigatoriamente desenhados em processos participativos, promovidos por organizações não governamentais, com envolvimento direto das populações residentes. Foram muito recentemente apresentados os resultados do 1º concurso realizado.

¹⁰ A Entidade Promotora do Projeto é a Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social e tem como Entidades Parceiras: a Associação de Moradores da Emboladoura, a Junta de Freguesia de Gondar, a USF Pevidém, a Câmara Municipal de Guimarães, ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion – Association, Universidade do Minho, Lab2PT/EAAD/UM. Tem ainda o apoio de empresas locais, instituições municipais assim como médicos (psiquiatra e pediatra) para trabalhar as questões da saúde das crianças e das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações realizadas com crianças no território de Pevidém, Guimarães, Portugal, relacionadas com a recuperação urbanística, a mobilidade e a edificação do espaço público urbano inserem-se no âmbito do projeto de constituição do Território de Aprendizagem, o qual se exprime em múltiplas dimensões: sociais, educacionais, culturais, políticas e urbanísticas. O estado de desenvolvimento do projeto é ainda inicial. Só no domínio urbanístico, estão previstas ações relativas à requalificação dos parques infantis e espaços de lazer, a recuperação ambiental de parques, rios, ribeiros e zonas florestais, o desenho de percursos pedonais, sobretudo nos itinerários casa-escola, a intervenção no mobiliário urbano (paragens de autocarro, por exemplo), sistema de iluminação pública e sinalética.

A característica distintiva desta intervenção é a aliança entre o rigor técnico e científico e uma forte participação social de crianças e adultos, através de dispositivos metodológicos variados de consulta de opinião (entrevistas, grupos focais, assembleias, inquéritos e sondagens) e de processos partilhados de tomada de decisão face a opções e prioridades que em cada momento se situam. O desenvolvimento do projeto permite-nos, desde já, extrair algumas conclusões que se constituem como outros tantos pontos de focagem metodológica para a intervenção social próxima futura. Se o processo democrático de decisão significa a possibilidade de cada um e de cada uma, à medida das suas responsabilidades, influenciar a decisão sobre a vida em comum, e se esse processo é o sentido último de participação (que, portanto, não significa apenas “tomar parte”, mas tem uma iniludível dimensão de poder e é, por consequência, inevitavelmente política), isso tem um duplo corolário: primeiro, as crianças exercem ações políticas concretas, não são seres apolíticos ou fora da decisão na polis, o que exige dispositivos adequados de participação política infantil, que se não confundem com as regras institucionais da representação das democracias liberais; em segundo lugar, o nível de decisão deve ser rigorosamente sopesado porque as crianças são seres participativos no espaço público, mas não o são em exclusividade: partilham a decisão com outros atores jovens e adultos, alguns dos quais com a legitimidade reforçada por terem responsabilidades democráticas (autarcas, diretores de escola e agrupamento escolar, etc.) A questão do equilíbrio de poderes é, portanto, decisiva, na construção de uma dinâmica de participação.

Também o equilíbrio é indispensável na relação entre conhecimento e decisão. Se o redesenho do espaço público urbano é de uma elevada sofisticação técnica, não é de forma nenhuma dispensável o conhecimento pericial aplicado nas decisões concretas a tomar. Ora,

são essas decisões concretas aquelas que concitam o processo participativo das crianças. Importa estabelecer uma relação de mútua implicação entre aspirações e propostas emanadas das crianças e o rigor técnico e estético das ações a realizar. Assim, o processo de decisão é, em boa parte, promovido a partir de um mútuo esclarecimento: das crianças, sobre as suas propostas, com o cuidado suficiente para impedir o contágio ou, pior, a colonização, das suas culturas infantis pela influência das opiniões adultas; dos técnicos, arquitetos e interventores sociais, sobre as lógicas subjacentes ao que é possível, desejável, e adequado realizar, em função de critérios técnicos, estéticos e económicos. Este mútuo esclarecimento não dispensa esse tipo de sagesa que decorre da relação dos saberes sobre as crianças e a infância, construídos no campo inter/multidisciplinar dos estudos da infância, com a delicadeza e a ética do cuidado na relação com as pessoas, sejam elas crianças ou adultos. O desenvolvimento das ações exige, por tudo isto, processos contínuos de monitorização e de avaliação, que têm tudo a ganhar, também, se forem eles próprios participativos.

Finalmente, a construção do espaço público destina-se a toda a comunidade. Contra uma conceção reducionista que apresenta a participação das crianças limitada à construção de espaços, sítios, equipamento ou mobiliário urbano cujo uso é feito exclusiva ou predominantemente por crianças (especialmente, parques infantis), o que se encontra na verdade em causa, é a edificação de cidades humanizadas, com ruas onde possa haver autonomia da mobilidade não motorizada, bairros de habitação digna e abertos para a convivialidade, espaços de lazer fruíveis e diversificados, árvores, jardins, parques e espaços verdes, acessibilidade a equipamentos educacionais e culturais, sociais e de saúde, pontos de informação acessíveis e claros, em suma, condições materiais para o exercício efetivo do direito à cidade. É no âmbito desse direito que faz sentido pensar e agir para que as crianças tenham um lugar como atores urbanos, cidadãos participativos, sujeitos políticos concretos, lado a lado com os adultos, na edificação do espaço para a vida em comum.

REFERÊNCIAS

CHRISTENSEN, Pia. Place, space and knowledge: children in the village and the city. CHRISTENSEN, Pia.; O'BRIEN, Margaret (Eds.). **Children in the city: home, neighbourhood and community**. London: Routledge, 2003.

_____. **Where next for children's agency and participation?: Voice, collectivity and diversity**. (Powerpoint presentation). Warwick University: Reino Unido, 2009.

CHRISTENSEN, Pia, JAMES, Allison. **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: ESE Paula Frassinetti, 2005.

COCKBURN, Tom. Children and citizenship in Britain: a case for a socially interdependent model of citizenship. **Childhood**. v. 5, n. 1, p. 99-117, 1998.

___ Children as participative citizens: a radical pluralist case for ‘child- -friendly’ public communication. **Journal of Social Sciences**. Special Issue, n. 9, p. 19-29, 2005.

___ **Rethinking children’s citizenship**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

DAGOGNET, François. **Une Epistemologie De L'espace Concret: neo-geographie** . Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2013.

FERNANDES, Natália. **Infância, direitos e participação. Representações, práticas e poderes**. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

GILL, Tim. **Urban Playground: How Child-Friendly Planning and Design Can Save Cities**. London: RIBA Pub, 2021.

GILL, Tim. **No Fear Growing up in a risk averse society**. London: Calouste Gulbenkian Foundation, United Kingdom Branch, 2007.

GUERRA, Isabel. O planeamento no contexto de uma sociologia da acção. As rearticulações Teoria-Prática no campo da Sociologia e Planeamento. **Cidades – comunidades e territórios**. Junho, 2005. N° 10, p. 13-24.

HAMBLETON, Robin. **Cities and Communities Beyond Covid-19**. Bristol: Bristol University Press, 2020.

HORTON, John; KRAFTL, Peter; TUCKER, Faith. Spaces-in-the-making; children-on-the move. FOLEY, Pam; LEVERETT, Stephen (ed.) **Children and young people's spaces: developing practice**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.40-57, 2011.

INVERNIZZI, Antonella; MILNE, Brian. Conclusion: some elements of an emergent discourse on children’s right to citizenship. **Journal of Social Sciences**, v. 9, p. 83-99, 2005.

LEVERETT, Stephen. Children’s spaces. FOLEY, Pam; LEVERETT, Stephen. (ed.) **Children and young people's spaces: developing practice**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 9-24, 2011.

LOPES, Frederico, NETO, Carlos. A criança e a cidade: a importância da (re)conciliação com a autonomia. R. Cordovil & J. Barreiros (Eds.). **Desenvolvimento Motor na Infância**. Cruz Quebrada: Faculdade de Motricidade Humana, p. 265–292, 2014.

MAGALHÃES, Madalena. **A Pluriactividade no Vale do Ave**, Porto: CCRN, 1984.

MALONE, Karen; HARTUNG, Catherine. Challenges of participatory practice with children. PERCY-SMITH, Berry; THOMAS, Nigel. (Dir) **A Handbook of Children and Young People’s Participation**. London: Routledge, 2010.

MARTINS, Paula. **Narrativas sócio-espaciais da criança em Pevidém**. Dissertação de Mestrado, orientada por Cidália Silva. Guimarães: EAUM, 2019. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/60166>.

McKEAN, John. **Learning from Segal: Walter Segal's Life, Work and influence**, Basel, Boston and Berlin: Birkhäuser Verlag, 1989.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo** [Introduction a la pensée complexe] (Lisboa: Instituto Piaget, 2008), p. 108-109, 1990.

PANDO, Cláudia. **(des) Standardização dos Parques Infantis: uma leitura da legislação aplicada no território de Pevidém**. Dissertação de Mestrado, orientada por Cidália Silva e João Cabeleira. Guimarães: EAUM, 2021 <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/69240>.

PROUT, Alan. Participation, policy and childhood. HALLET, Christine.; PROUT, Alan. **Hearing the voices of children: social policy for a new century**. London: Routledge Falmer, 2003.

SÁ, Manuel. & DOMINGUES, Álvaro. **Cidade Difusa do Noroeste Peninsular**, Volume II, Porto: CEFA-FAUP, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância e Cidade; Restrições e Possibilidades. **Educação** (Porto Alegre) v. 41, n. 2, p. 232-240, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto et al. Intervenção local com crianças e famílias face à pandemia COVID-19: ProChild CoLAB em Guimarães. Martins, Manuela; Rodrigues, Eloy (Ed). **A Universidade do Minho em Tempos de Pandemia. Tomo II. Reações**. Braga; Editora Uminho. P.66-95, 2020, DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.24.4>

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Participação social e cidadania ativa das crianças. RODRIGUES, David (Eds.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita; TREVISAN, Gabriela. Beyond the modern norm of childhood: children as the margins as a challenge for the sociology of childhood. BARALDI, Claudio.; COCKBURN, Tom (Eds.). **Theorizing childhood: citizenship, rights and participation**. P.135-157. Milton Keynes/England: Palgrave-Macmillan. 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TREVISAN, Gabriela. Children in the city: political competences and agency. Comunicação apresentada no **XVII ISA World Congress. Sociology on the Move**. Julho de 2010: Gotemburgo.

SOLÀ-MORALES, Manuel. "Territori senza modello". ZARDINI, Mirko (ed.) **Manuel de Sola, Progettare citta**. Lotus Quaderni Documents (Milan: Electa), p. 102-111, 1999.

TOMÁS, Catarina; SOARES, Natália. Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância...os intrincados trilhos da acção, participação e protagonismo social e político das crianças. **Fórum Sociológico**, IEDS/UNL, n. °11/12: p-349-36, 2004.

TONUCCI, Francesco. **La Ciudad de los Niños: Un modo nuevo de pensar la ciudad**. Madrid: Fund. German Sanchez Ruiperez, 2001.

TREVISAN, Gabriela de Pina. *'Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós'. Infância e cenários de participação pública:*

uma análise sociológica dos modos de codificação das crianças na escola e na cidade.

Tese (Doutoramento) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, 2014.

TREVISAN, Gabriela de Pina. A participação das crianças nos discursos e práticas: um breve “estado da arte” na procura de novos desafios. FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). **A defesa dos direitos da criança: uma luta sem fronteiras**. Goiânia. Cânone Editorial, p. 129-148, 2020.

WYNESS, Michael. **Childhood and society**. London/NY: Palgrave-MacMillan, 2006.

ZEIHER, Helga. Shaping daily life in urban environments, CHRISTENSEN, Pia; O'BRIEN, Margaret (ed.). **Children in the City. Home, Neighbourhood and Community**. London. Routledge Falmer, p. 66-81, 2003.